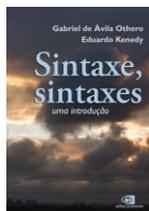


SINTAXE, SINTAXES: UMA INTRODUÇÃO

Glenda Aparecida Queiroz Milanio (UFMG)
glendamilanio@hotmail.com



OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. (Orgs.) *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015. 224 p.

<http://www.editoracontexto.com.br>

O livro *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*, organizado por Gabriel de Ávila Othero e Eduardo Kenedy, publicado em 2015, conta com o prefácio feito pelo sintaticista Jairo Nunes, manifestando que nessa obra se encontra “uma apresentação bastante clara das mais representativas abordagens sintáticas da atualidade”. O livro está organizado em onze capítulos, nos quais são expostas análises desenvolvidas em distintas bases teóricas.

No primeiro capítulo, intitulado “*Sintaxe Gerativa*”, Eduardo Kenedy aborda a teoria desenvolvida por Noam Chomsky. Eduardo Kenedy destaca a relevância da linguística gerativa para o desenvolvimento de estudos linguísticos, a partir da metade do século XX. Segundo o autor, ao romper com paradigma estruturalista, a sintaxe gerativa busca estabelecer os princípios e os parâmetros; isto é, caracterizar as regras gerais e as regras particulares das línguas humanas. Nesse ponto, o autor exemplifica fenômenos estudados pela teoria, como a noção de filtro de caso e as operações formais, como o movimento do elemento QU-, nas sentenças interrogativas do português, para esclarecer o processo de formulação de regras que são manifestadas na sintaxe. Por fim, Eduardo Kenedy esclarece que, essa abordagem, além de descrever as regras computacionais da formação de sentenças, também visa explicar a faculdade da linguagem, ou seja, o conhecimento linguístico, que faz parte da cognição humana.

No segundo capítulo, “*Sintaxe Minimalista*”, Maximiliano Guimarães discorre sobre o programa minimalista (PM), que trata de uma revisão da teoria gerativa. Segundo o autor, o programa minimalista não

é uma abordagem teórica, mas sim de um programa de pesquisa, no qual se busca caracterizar a faculdade da linguagem de modo mais enxuto. Em função disso, no programa minimalista, a estrutura profunda e a estrutura superficial são renunciadas, e a representação sintática passa a considerar os níveis “conceptualmente necessários”, ou seja, os níveis de interface forma fonológica e forma lógica. Maximiliano Guimarães também ressalta o empenho para descrever a “língua-e” (externa, fenômeno social) e, sobretudo, a “língua-i” (internalizada, individual), sendo esta a gramática no plano cognitivo. Por fim, o autor lança mão de exemplos para descrever as operações sintáticas, como o movimento de elementos QU-, explicitando o processo de formulação sintática mais econômico.

No terceiro capítulo, “Sintaxe Experimental”, Marcus Maia clarifica essa abordagem que advém da interface *sintaxe-psicolinguística*. Segundo Marcus Maia, a sintaxe experimental contesta o método de análise baseado em dados intuitivos informais, tal qual apregoado pela teoria gerativa. Assim, essa proposta teórica visa demonstrar por meio de experimentos, em conformidade com padrões da psicolinguística experimental, regularidades linguísticas. Nessa perspectiva, os dados são submetidos à técnica de julgamento de aceitabilidade/gramaticalidade de frases, e, posteriormente são realizadas análises estatísticas. Além disso, Maia exemplifica, brevemente, o método utilizado pela sintaxe experimental para o desenvolvimento de pesquisas, analisando a aceitação de frases interrogativas.

Em “Sintaxe em Teoria da Otimidade”, quarto capítulo, Gabriel de Ávila Othero esclarece que essa abordagem tem seu início na fonologia e na morfologia. Entretanto, ao pesquisar o ordenamento dos constituintes da frase, os estudos em teoria da otimidade passam a investigar fenômenos sintáticos. O autor explica que, nessa visão, a estrutura informacional é avaliada, verificando a relação entre foco informacional e a informação velha. Desse modo, torna-se possível reconhecer a organização sintática, esclarecendo como alguns movimentos são realizados e outros penalizados. Para exemplificar esse processo, Gabriel de Ávila Othero cita o movimento do elemento QU-, nas orações interrogativas, no português, para evidenciar quais regras de formação de sentença interrogativa são possíveis e quais são as restrições. Assim, é possível classificar hierarquicamente, estabelecendo um *ranking*, no qual organização informacional é mais alta.

No capítulo seguinte, Rosana da Costa Oliveira detalha a “Sintaxe Tipológica”. Em seu ponto de vista, a tipologia linguística classifica as

línguas conforme suas características estruturais. Nesse contexto, a sintaxe tipológica torna-se um instrumento valioso para a descrição de línguas pouco documentadas, como, por exemplo, línguas indígenas. Rosana da Costa Oliveira elucidada que os estudos são realizados por meio de agrupamento de traços comuns. Assim, por meio de pesquisas, torna-se possível reconhecer propriedades universais, grupais e individuais das línguas humanas, estabelecendo características específicas de uma língua, bem como princípios universais regulares compartilhados por diversas línguas. Nesse ponto, a autora discute a ordem S(ujeito)-V(erbo)-O(bjeto) em línguas indígenas, a fim de identificar a frequência, a produtividade, entre outras propriedades no processo de descrição linguística.

Em “Sintaxe Lexical”, sexto capítulo, Luiz Amaral esclarece sobre essa abordagem que analisa a sintaxe a partir dos itens lexicais. Segundo Luiz Amaral, a sintaxe lexical investiga a natureza dos mecanismos linguísticos e descreve os signos linguísticos presentes no licenciamento das estruturas. Ele defende que a adoção do modelo lexicalista HPSG (*Head Driven Phrase Structure Grammar*) permite a formulação de mecanismos computacionais, reconhecendo similaridades e diferenças no processamento morfossintático. O autor advoga que são as informações lexicais que determinam as relações de concordância e de complementação. Em virtude disso, esse modelo teórico se torna um instrumento valioso para a teoria linguística, uma vez que possibilita o estabelecimento de formalizações semânticas e sintáticas.

No sétimo capítulo, “Sintaxe Computacional”, Ronaldo Martins explana sobre a essa corrente teórica, que promove uma interface entre a linguística e a ciência da computação. O objetivo dessa abordagem é “dotar as máquinas de uma inteligência linguística equivalente à dos humanos”. O autor salienta que essa vertente deslanchou com o avanço tecnológico a partir dos anos 2000, estabelecendo-se como base teórica para a realização de pesquisas e proporcionando o levantamento de *corpus* de modo mais eficiente. Ronaldo Martins ainda esclarece que a sintaxe computacional se fundamenta na proposta de Noam Chomsky sobre a hierarquia de gramáticas formais, na qual as gramáticas podem se identificadas como: (3) regulares; (2) livres de contexto; (1) sensíveis a contexto e (0) irrestritas. Assim, a partir dessa proposta, é possível estabelecer e configurar um conjunto de regras de produção, bem como a estrutura dos constituintes da sentença.

No oitavo capítulo, “Sintaxe Funcional”, Ivo Rosário ressalta que, nessa perspectiva, a sintaxe está a serviço do discurso e da pragmática,

tendo como base a obra seminal de Talmy Givón (1979). Nessa abordagem, a sintaxe não é considerada uma unidade autônoma, tal como propõem os gerativistas e os estruturalistas, uma vez que a língua é compreendida como um instrumento de interação social. Nesse contexto, Ivo Rosário destaca a importância dos estudos sobre gramaticalização e sobre mudança e variação linguística no processo de consolidação dessa corrente, tomando como base a metodologia quantitativa variacionista e o levantamento de *corpus*. Além disso, segundo o autor, os estudos mais recentes promovem uma interface entre a linguística funcional com a linguística cognitiva. Desse modo, a sintaxe funcionalista busca investigar a frequência e o padrão de uso de estruturas, considerando fatores linguísticos e extralinguísticos. Além disso, ele defende que, com base nesses estudos, é possível promover um ensino de língua materna mais produtivo e reflexivo.

Em “Sintaxe Construcionista”, nono capítulo, Diogo Pinheiro discorre sobre a gramática de construções. Segundo Pinheiro, essa corrente tem como base a linguística cognitiva, por isso não considera a relação entre léxico e sintaxe de maneira modular, mas sim *continuum* de construções. De acordo com o autor, nessa visão, é possível representar a totalidade do conhecimento dos falantes de maneira uniforme. Assim, as expressões linguísticas, desde as palavras até as sentenças regulares, advêm da relação entre forma e significado. Pinheiro exemplifica essa relação ao analisar as sentenças interrogativas QU-, evidenciando por que algumas combinações entre diferentes construções são possíveis e outras não. Segundo o autor, isso se explica por que os verbos que compõem essas estruturas podem apresentar restrições às possibilidades combinatórias. Por fim, destaca que a sintaxe construcionista não possui apenas uma linha de pesquisa, listando diversas possibilidades de estudos desenvolvidos à luz dessa teoria.

No décimo capítulo, “Sintaxe Descritiva”, Mário Alberto Perini esclarece que essa vertente não pode ser classificada como uma teoria, mas deve ser compreendida como um modelo de análise, uma posição metodológica. Mário Alberto Perini advoga que, a partir modelo teórico, é possível descrever um retrato da língua em um nível de análise mais profundo, uma vez que deve ser concebido como um instrumento para a realização de pesquisas. Ele esclarece que, por meio desse método, é possível descrever as valências verbais, ou seja, as possibilidades de construções de um dado verbo. Por fim, ressalta a contribuição desse método para descrição das valências verbais do português brasileiro, bem como

possibilitou o desenvolvimento de um dicionário sobre os seus verbos.

No último capítulo, “Sintaxe Normativa Tradicional”, José Carlos de Azeredo discute a visão tradicional. O autor inicia comentando o adjetivo *tradicional*, para alertar que a gramática tradicional pode ser reconhecida por duas formas: i) a gramática histórico-descritiva, iniciada na Antiguidade grega, que reúne um conjunto de regras sobre a estrutura e uso da língua; ii) a gramática com finalidade pedagógica de caráter normativo, que visa o domínio e o emprego das formas corretas da linguagem falada e escrita. A partir disso, José Carlos de Azeredo passa a descrever o percurso da gramática, desde a Grécia Antiga até o surgimento da linguística, no século XIX. Ele comenta a questão da prescrição *versus* uso, e toma como exemplo o emprego do pronome relativo *que*, salientando que a maioria dos falantes do português brasileiro não o emprega de acordo com a regra. Diante disso, o autor conclui que a norma não deve ser tratada como forma de imposição. Assim, o ensino da língua materna deve ser reflexivo, buscando por meio da descrição uma compreensão da sua heterogeneidade.

Tomando por base o que foi dito acima, recomendamos a leitura desse livro por aqueles que se interessam pelo estudo de sintaxe. Embora seja apresentado como introdutório, o texto apresenta discussões sobre fenômenos complexos que podem exigir alguma leitura prévia, para melhor compreensão. Por fim, é válido salientar que se trata de uma obra atualizada, contemplando pesquisas que vão desde a abordagem tradicional a trabalhos recentemente desenvolvidos no campo da sintaxe.